

## **Cidades Negras no Brasil: A Bahia de todos os santos, orixás, inkices e caboclos**

### **Black Cities in Brazil: The Bahia of all saints, orixás, inkices and caboclos**

**Reinaldo José de  
Oliveira**

UFRB (Pesquisador  
colaborador), Doutor em  
Ciências Sociais, PUC-  
SP, Professor colaborador  
do NEPPINS UFRB

E-mail:

[reinaldojoliveira1971@  
gmail.com](mailto:reinaldojoliveira1971@gmail.com)

#### **Resumo**

A interpretação das cidades negras tem como objetivo conhecer melhor a realidade dos espaços negros, da segregação racial e do território. Avaliamos que a ideia de segregação racial está baseada em categorias de classe social, gênero, etnia e raça e território, porém, a realidade das Américas, especialmente brasileira, deve ser observada, sobretudo o tempo-espaço da colonização, do escravismo e do racismo. Utilizamos como instrumento teórico-metodológico, primeiro, os dados estatísticos do Censo do IBGE de 2010 sobre a população classificada por negros e brancos, e o rendimento. Segundo, para melhor delineamento, dialogamos com autores de ambos os campos das relações étnico-raciais e a literatura sobre a cidade, o urbano e o território. Em nossas considerações será um grande desafio para as Américas, o Brasil e a Bahia, a promoção de políticas públicas para a inscrição de cidades antirracistas e democráticas com equidade.

**Palavras:** cidades negras, segregação racial, políticas públicas, ação afirmativa.

#### **Abstract**

The interpretation of black cities aims to better understand the reality of black spaces, racial segregation and territory. We assess that the idea

of racial segregation is based on categories of social class, gender, ethnicity and race and territory, however, the reality of the Americas, especially Brazilian, must be observed, especially the time-space of colonization, slavery and racism. We used as a theoretical-methodological instrument, first, the statistical data of the IBGE Census of 2010, on the population classified by blacks and whites, and income. Second, for a better design, we dialogue with authors from both fields of ethnic-racial relations and the literature on the city, the urban and the territory. In our considerations, it will be a great challenge for the Americas, Brazil and Bahia, the promotion of public policies for the inscription of anti-racist and democratic cities with equity.

**Keywords:** black cities, racial segregation, public policies, affirmative action.

## **Introdução**

O próximo censo demográfico do IBGE, 2022, poderá nos proporcionar conhecer a realidade socioeconômica, política, geográfica, étnico-racial, religiosa, sobretudo o contexto da população negra nas urbes do país.

São 5.570 municípios, cidades que foram fundadas no decorrer dos 520 anos, principalmente àquelas que foram edificadas durante o escravismo, a colonização e a pós-abolição, tendo como base a força de trabalho negra na produção material e subjetiva dos espaços, territórios e paisagens no Brasil.

Hoje, é central o debate e a produção de conhecimento sobre as cidades negras para fins de ensino, pesquisa, extensão e políticas públicas para o exercício do direito à cidade; a produção teórica-metodológica é importante para a formação de profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo,

direito, geografia, história, ciências sociais, ciências da saúde, enfim, a interdisciplinaridade (NASCIMENTO, 1977; OLIVEIRA, 2020).

Quais são as características para delinear, material e subjetivamente, as cidades negras na realidade brasileira?

A leitura e a interpretação das cidades negras possibilitarão conhecer, de um lado, que a segregação racial compreende estruturas que são socioeconômicas e étnico-raciais. Esse contexto está assentado em bases da colonização, do escravismo, do poder local e do racismo. De outro lado, mesmo diante da separação material e subjetiva, as urbes negras foram edificadas com o capital material e subjetivo de africanos escravizados e afro-brasileiros.

No Brasil e nas urbes das Américas, prevalece a política antinegitude, sobretudo nas realidades brasileira e norte-americana, formal e informalmente, as populações negras vivem a segregação, o racismo e as desigualdades (VARGAS, 2016; OLIVEIRA, 2016).

No contexto das Américas, sobretudo do Brasil e dos Estados Unidos, as proposições de combate ao racismo trazem o quadro da diversidade e o rompimento das estruturas que mantêm a hierarquia branca em todas as frentes, especialmente os privilégios materiais e subjetivos.

A organização do texto está estruturada em três etapas: na primeira, de forma teórica-metodológica, delineamos a concepção de cidades negras, como lugar e território de construção da cidadania; posteriormente, com base em dados socioeconômicos do censo do IBGE, 2010, do estado da Bahia, analisamos, em dados relativos e absolutos, as urbes negras e o rendimento entre negros e brancos; na terceira etapa, as considerações finais e o debate sobre cidades negras, que demarca um movimento de superação do cenário atual.

Durante a colonização e o escravismo, aproximadamente quatro séculos, cidades, vilas e povoados foram edificados material e subjetivamente pela população africana escravizada e os afro-brasileiros.

No decorrer do século XX, a realidade nacional denominou diferentes funções e características para as cidades brasileiras: as urbes do capital, do comércio, do sistema financeiro, portuário, agrícola, universitária, litorânea, dos imigrantes, de base étnico-racial de origem italiana, alemã, japonesa,

dentre outras, mas não focalizou as cidades negras, os bairros e os seus territórios, do ponto de vista teórico-metodológico e o seu delineamento.

A lei de terras de 1850 e as políticas antinegitude, ambas, em meio milênio, impediram que as cidades negras inscrevessem no chão dos espaços o direito à cidadania (COSTA, 2008; OLIVEIRA, 2016).

Na sociedade brasileira, a lei impede que a igualdade entre brancos e negros se estabeleça formalmente. No século passado, propagou-se o mito da igualdade, porém, na realidade das cidades, de um lado, nos espaços e territórios, prevalece a população negra à margem do urbano e do rural e, de outro lado, na hierarquia do poder, predomina a população branca.

Nos Estados Unidos e na África do Sul, as legislações foram objetivas quanto à separação, à delimitação e ao *apartheid* da população negra nos espaços das cidades e da sociedade como um todo.

Na sociedade brasileira, a ausência de leis de *apartheid* e segregação oficial, desenhou a informalidade da segregação racial. Esse cenário, dificultou a organização e a luta dos movimentos sociais negros diante da segregação e o fortalecimento das cidades negras (OLIVEIRA, 2016). As cidades negras, na realidade nacional, devem ser interpretadas para além do quadro demográfico. Elas devem ser observadas a partir dos corpos negros que se movimentam e transformam as paisagens dos cenários social e cultural, em especial, de sua base subjetiva, mental e civilizacional.

Os olhares e cenários sobre a cidade negra podem ser interpretados pelo próximo e o distante. A literatura sobre espaço urbano e as relações étnico-raciais, temos importantes considerações sobre as cidades, desde as pequenas, médias e grandes cidades.

Nos anos de 1935, com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, dentre os inúmeros professores do exterior que vieram convidados para a formação da faculdade, o antropólogo francês Claude Lévi-Straus, com seu método etnográfico, descreveu as urbes negras de São Paulo e Rio de Janeiro, particularmente, os espaços e territórios deixados à margem para a massa negra.

Na Bahia, dentre os inúmeros pesquisadores que recebeu nos idos de 1940, estavam Ruth Landes, Donald Pierson, E. Franklin Frazier, Melville J. Herskovits e os franceses Roger Bastide e Pierre Verger, o laboratório predileto para os estudos sobre a diáspora africana nas Américas, de onde surgiria, décadas depois, o conceito de Atlântico Negro (VATIN, 2018).

A cidade de Salvador foi observada por diferentes olhares, mas foi com Lorenzo Turner que o antropólogo e pesquisador Xavier Vatin (2018), redescobriu as “Memórias Afro-Atlânticas”; é um rico acervo de documentos escritos e orais, como cantigas, rezas e fotografias do povo de santo de Salvador e a região do Recôncavo, que estavam guardados nos *Archives of Traditional Music* da Indiana University, em Bloomington, nos EUA, coletado por Turner nos anos de 1940-41.

Nas observações de Lorenzo Turner, a cidade negra de Salvador nos idos de 1940, consistia na seguinte paisagem:

Quase todos aqui são pessoas de cor. É um lugar muito interessante, a cidade mais antiga da América do Sul, mais antiga do que qualquer cidade na América do Norte. O material africano é muito rico. Há alguns negros que foram trazidos da África como escravos e ainda falam suas línguas nativas (TURNER, 2014, p. 19).

As referências trazidas por Vatin e Turner, nos permitem constituir que as cidades negras compreendem bases históricas, de informações orais que são passadas de geração em geração e reúnem inscrições das metamorfoses entre território e identidade social, que atuam e compõem o chão das *pólis* negras no Brasil e nas Américas.

O pesquisador afro-americano Henry Louis Gates Junior (2014), escreveu importante obra sobre os africanos e seus descendentes, intitulada “O Negro na América Latina”. O autor estuda a diáspora africana nas Américas; Brasil, México, Peru, República Dominicana, Haiti, Chile e Cuba.

Sobre a Salvador do final do século XX e do início do século XXI, Gates Junior, tem as seguintes impressões:

Meu Deus, estou de volta à África! Falo sério. Para onde quer que eu olhasse, via brasileiros com a África estampada em seus rostos e, com a mesma intensidade, em sua cultura. Do outro lado da rua, vi uma mulher com um turbante igual a que eu vira poucos anos antes na Nigéria. Devido à longa história de intercâmbio

cultural entre a Bahia e a África Ocidental, que remontava ao século XIX, panos e outros objetos culturais dessa região tinham vindo junto com os escravos (GATES JUNIOR, 2014, p.19).

O olhar de um afro-americano (estrangeiro) sobre as cidades negras no Brasil, nos apresenta um cenário de que o tema não obteve centralidade na literatura sobre urbanismo e cidades; as ideias estão fora das *pólis* negras e as *pólis* negras estão fora das ideias que são exclusivas do planejamento urbano da cidade legal (ROLNIK, 1997; MARICATO, 2002).

Nas impressões de Gates Junior, as cidades negras têm referências nos corpos negros das sobrevivências africanas, da diáspora no Brasil e nas Américas. A cultura da diáspora foi e é responsável pela criação e pelo desenvolvimento dos estilos musicais jazz, blues, rock, samba, chorinho, salsa, rumba, funk e rap, portanto, tudo o que a diáspora empreendeu com as resistências física, cultural e subjetiva, está na base cultural das cidades negras.

As primeiras dissertações e teses sobre o tema, segregação racial, espaço urbano e relações étnico-raciais datam do final do século XX. Inicialmente, José Carlos Gomes da Silva (1990), em trabalho de dissertação “Os suburbanos e a outra face da cidade: Negros em São Paulo 1900-1930” focaliza os espaços, territórios e territorialidades negras nas três primeiras décadas do século XX. Posteriormente, Walter Roberto Silvério (1992), estudou “Territórios Negros em Campinas: o caso Vila Rica”, observa a urbe do interior paulista, em especial, os espaços e territórios da população negra diante das transformações do rural e do urbano. Em seu trabalho de doutorado, Silva (1998) mantém atentamente as suas reflexões sobre a urbe paulistana, diferente do mestrado, aqui o autor observa o final do século XX: “Rap na cidade de São Paulo: Música, Etnicidade e Experiência Urbana”.

A antropóloga Teresinha Bernardo (1993) apresenta a sua tese de doutorado sobre os italianos e seus descendentes, e a população negra. A autora, por intermédio da memória coletiva constitui a realidade social dos italianos e negros nas três primeiras décadas do século XX. A partir da memória coletiva, Bernardo destaca lugares, espaços e territórios importantes das manifestações italianas e negras na capital paulistana, sobretudo nos bairros do Bexiga, Barra Funda, Sé e Sul da Sé.

A partir das leituras de Silva, Silvério e Bernardo interpretamos a demarcação de um campo de pesquisa para pensar o “Direito à cidade” e as cidades negras no Brasil.

Oliveira (2002) observou a territorialidade negra em sua dissertação de mestrado “A Presença do Negro na Cidade: Memória e Território Negro na Casa Verde em São Paulo”. O estudo apresenta um pedaço da urbe paulistana, os últimos anos do século XIX, as três primeiras décadas do século passado até o final do XX. Foram trazidos os bairros da Barra Funda, Bexiga, Liberdade, Sé e sul da Sé e, especialmente, a Casa Verde, enquanto território negro: a habitação nos cortiços e porões, a força de trabalho utilizada na ferrovia, o exercício de trabalhadores braçais na construção, o transporte de mercadorias, a limpeza urbana, as funções de motoristas, de domésticas e o capital sociocultural.

Lourdes Carril (2006), em “Quilombo, Favela e Periferia – A longa busca da cidadania”, retrata a segregação da população negra, sobretudo o protagonismo de jovens negros nos movimentos hip-hop, atuando no processo de enfrentamento na zona sul de São Paulo.

Reinaldo José de Oliveira (2008), em trabalho de doutorado intitulado “Segregação Urbana e Racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela”, versa sobre um século do negro na principal metrópole do país. Segundo o autor, a questão da segregação racial precisa ser observada com políticas públicas de recorte étnico-racial; políticas de planejamento urbano com foco nas desigualdades sociais e raciais.

Brandão (2004) observa as desigualdades e o racismo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com ênfase nas urbes de São Gonçalo e Itaboraí, destaca as diferenças socioeconômicas, como rendimento, escolaridade, gênero e raça. No referido trabalho, o autor destaca que nas margens do Rio de Janeiro, as cidades negras foram constituídas por aqueles que foram obrigados a sair de seus locais de origem em razão da segregação e do racismo.

A cidade negra do Rio de Janeiro, a abordagem teórica-metodológica adotada foi por intermédio da geografia. Andreilino Campos (2007) observa os bairros e espaços que foram reservados à população negra da pós-abolição até o final do século XX, em especial, a transmutação do quilombo à favela.

Denilson Araújo de Oliveira (2011), também do campo da geografia, contextualiza a juventude negra do movimento hip-hop perfazendo os espaços, territórios e lugares na cidade negra, que é palco da produção cultural afro-brasileira e da diáspora em torno do samba, da música popular, do funk e do rap.

Geny Ferreira Guimarães (2015), seguindo os percursos geográficos de Campos e Araújo, observa o Cais do Valongo, na área denominada Pequena África Carioca, área portuária da cidade do Rio de Janeiro. Guimarães destaca em seu trabalho as heranças africanas, o racismo e o projeto-processo de apagamento patrimonial dos territórios, espaços e lugares da população negra na história da cidade.

A respeito da ex-capital, Salvador, importantes trabalhos foram realizados por Antonia dos Santos Garcia (2006; 2009) na área de planejamento urbano, geografia e sociologia, em especial, o recorte de gênero.

É importante destacar que Salvador, dentre as principais capitais das cidades brasileiras, é a pólis negra, em dados relativos (79%). Salvador é o território afro-brasileiro e diaspórico mais antigo no cenário nacional e em toda a América Latina (GARCIA, 2009; GATES JR, 2014).

O universo social, cultural e religioso afro-brasileiro, em cinco séculos, foi modelando a cidade negra com os cultos aos orixás, as festas religiosas, as irmandades negras e o constante enfrentamento das revoltas, dos quilombos rurais e urbanos, que se estabeleceram na busca dos territórios de cidadania (SANTOS, 1993).

O Professor Jocélio Teles dos Santos (2018) coordenou o Mapeamento dos terreiros de candomblé e umbanda na cidade de Salvador do século XXI. O referido trabalho contempla o levantamento de, aproximadamente, 1.400 casas e terreiros de candomblé e umbanda. Segundo as informações da cartografia, a cidade negra de todos os santos, orixás, inkices e caboclos, estão



em maior proporção, da Cidade Baixa em direção ao subúrbio ferroviário e nas periferias da cidade.

O contexto teórico-metodológico sobre as cidades negras no Brasil compreende: diferentes realidades geográficas que se constituíram conforme a produção da colonização, do escravismo e do capitalismo na sociedade brasileira; da insubordinação dos quilombos rurais e urbanos; está intimamente relacionado com os aspectos subjetivos, culturais, mentais e civilizacionais das etnias e culturas africanas e afro-brasileiras; da ancestralidade africana, afro-brasileira e diaspórica nas cidades; das inúmeras produções políticas, identitárias e territoriais em torno dos direitos e das diferenças nos espaços urbano e rural.

## **1 Cidades Negras na Bahia**

A tese de doutorado do Professor Milton Santos foi sobre a cidade de Salvador, defendida em 1959 (2008). Segundo Santos, a ex-capital federal, fundada em 1549, durante três séculos foi o principal centro produtor e reprodutor da economia colonial escravista, que abasteceu o mundo, especialmente, a Europa.

Na América Latina, Salvador está entre as mais antigas *pólis*, no passado da colonização, era o centro econômico e político de maior prestígio, em razão da produção de cana-de-açúcar, açúcar, fumo, ouro, diamantes, cacau e a diversidade de gêneros alimentícios. Esses produtos se concentravam na Região do Recôncavo, Sertão, Chapada e o Sudoeste, que eram transportados para o porto de Salvador e, posteriormente, seguiam em direção aos centros do mercantilismo e do capitalismo nacional e internacional.

Em “O Centro da Cidade de Salvador”, Milton Santos analisa a formação, as funções e a estrutura urbana da principal cidade do Brasil e da América Latina, à época da colonização, do escravismo e das transformações urbanas e industriais que se deslocaram para o Sudoeste do país, principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro. O centro da cidade de

Salvador foi a região da Cidade Alta, onde se concentrava a sede dos poderes econômicos, sociais e políticos.

Gradativamente, Salvador, enquanto centro produtor da colonização, seguia crescendo em sua população e no quadro da cidade, com a fundação de igrejas, casarões, de habitações para abrigar a mão de obra escravizada e nas proximidades, havia a interrelação com o rural de sítios e fazendas. No final do século XVI, a cidade se aproximava de oito mil habitantes, posteriormente, no século XVIII, alcançou 40 mil habitantes, sobretudo a maior parte correspondia à população negra formada por africanos escravizados, libertos e forros, que trabalhavam em todas as frentes: nas atividades da casa grande, da senzala e dos sobrados; o abastecimento do centro da cidade com o transporte de alimentos, água e todo tipo de comércio local e global; essa mesma mão de obra que construiu as habitações, as igrejas, os prédios públicos e as vias de circulação; da produção da economia que se desenvolvia no Recôncavo para o Porto, portanto, era a mão de obra que edificava a cidade e a economia do país e da América Latina. Em 1890 correspondia a 174 mil e em 1900 alcançou 206 mil habitantes. De 1920 a 1940, Salvador se aproximou de 550 mil habitantes (SANTOS, 2008).

Nas cidades negras do Brasil, o escravismo e a colonização não tiveram vida fácil. Em todas as urbes durante a dominação escravocrata, os africanos e afro-brasileiros promoveram revoltas, lutas, enfrentamentos e a busca por liberdade. Na Bahia, no Rio de Janeiro, em Pernambuco, no Maranhão, em São Paulo, em todas as regiões, os quilombos e as rebeliões negras se impuseram, haja vista a República de Palmares (de 1695), os Quilombos na região do Recôncavo da Bahia, a Revolta dos Malês, em 1835, e a Revolta de Búzios, em 1798.

A independência e a busca por liberdade foram se constituindo por meio dos corpos negros, é o que podemos constatar com as revoltas e manifestações negras em Salvador e no Recôncavo da Bahia. As Revoltas dos Malês e dos Búzios, ambas, protagonizadas por africanos e afro-brasileiros que arregimentaram desde as cidades de Santo Amaro, Cachoeira e Salvador,

corporações negras para derrubar as forças e o sistema de colonização que perdurou 388 anos (REIS, 2003).

Segundo João José Reis (2003), a Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, por pouco não se concretizou com a derrubada da colonização e seu sistema de exploração socioeconômica, física e cultural. Os africanos e seus descendentes, de diferentes grupos étnicos, tomaram o centro da cidade de Salvador, e percorreram em direção ao encontro das forças portuguesas para colocar fim à dominação. Para Reis, a não concretização da insurreição negro-africana, deve-se a vários fatores, dentre eles, a colonização foi mais implacável porque possuía armamento e o tempo-espaço de dominação, de forma física e subjetiva, impediu que a revolta alcançasse o maior número de insurgentes diante do poderio lusitano (REIS, 2003).

As cidades negras, do passado e do atual momento, trazem as lembranças das revoltas e dos enfrentamentos, caracterizados hoje com a geografia dos quilombos rurais e urbanos, dos terreiros de candomblé e umbanda, dos territórios e espaços que homens e mulheres negras persistem na construção de urbes democráticas e antirracistas.

Reis (2003) apresenta parte do desfecho e as ações tomadas para impedir futuras manifestações de revolta e enfrentamento. O desfecho da Revolta dos Malês não foi diferente, o chão da principal capital do Brasil foi manchado de sangue indígena, africano e de seus descendentes. Em nossa atualidade, os homicídios e a violência têm como perfil os corpos dos negros, em sua maioria, pobres e jovens.

O controle, a dominação e a punição impostos aos corpos negros nas Revoltas dos Malês e de Búzios, durante toda a colonização e o escravismo, refletem em nossa atualidade no movimento das cidades, e nas urbes negras não é diferente; o controle e a punição são frequentes para homens e mulheres negras, haja vista o genocídio da população negra, sobretudo a juventude. Em 2015, na capital soteropolitana, aconteceu a Chacina do Cabula, que teve como desfecho a morte de 12 jovens e adolescentes, diretamente, eliminados pela política militar, ou seja, o Estado brasileiro.

Achille Mbembe (2020) e Jaime do Amparo Alves (2011), trazem importantes reflexões para o quadro de genocídio e violência que impera nos espaços e territórios de maioria negra. Segundo os autores, a necropolítica prevalece nos territórios em que a colonização, o escravismo e o racismo configuraram como prática de dominação e controle das artimanhas do Estado. A política da morte, no decorrer do século passado e no atual momento, dos pontos de vista material e subjetivo, diante dos corpos dominados e subjugados, determina quem vai viver e quem vai morrer nos espaços das urbes da capital e do racismo à brasileira.

Nos últimos três Censos Demográficos, a sociedade brasileira, lentamente, vem apresentando crescimento demográfico: em 1991, o país totalizava 146.815.816 habitantes; em 2000, a contagem alcançou 169.872.856; na última contagem, em 2010, a população chegou a 190.755.749 indivíduos. A população negra, nos últimos levantamentos teve o mesmo reflexo populacional: em 1991, os negros correspondiam a 57,45%, posteriormente, em 2000, 44,66% e, em 2010, 50,94%.

O crescimento demográfico da população negra, acreditamos que se deve ao papel social e político dos movimentos sociais negros e da organização de mulheres negras no histórico de denúncia do mito da democracia racial e das proposições de políticas públicas de combate ao racismo, sexismo e machismo.

Dentre as 26 unidades da federação e a capital federal, é a região Nordeste do país que apresenta a maior população negra, em dados relativos. Em dados absolutos, a região sudeste e, principalmente, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que reúnem a maior população negra do país dentre as regiões e cidades.

Na região Nordeste são nove unidades federadas, em números relativos e absolutos. A população negra está presente em maior número em todas as unidades federadas do Nordeste: no Maranhão, os negros são 76,48%; Piauí, corresponde a 73,54%; Ceará, 66,89%; Rio Grande do Norte, 57,98%; Paraíba, 58,56%; Pernambuco, 62,07%; Alagoas, 67,14%; Sergipe, 70,70% e Bahia, 76,42%. Em primeiro lugar, o Estado do Maranhão e depois a Bahia, em dados

relativos são os que apresentam a maior população negra no país, mas é a Bahia que reúne, em dados absolutos, a maior população negra da região Nordeste.

Dentre as 26 capitais regionais e a capital federal, é a cidade de Salvador, em dados relativos que é a *pólis* negra de maior composição demográfica, ficando atrás, apenas, de São Luiz. Sua população de maioria negra, se deve a aproximadamente quatro séculos, da colonização, do escravismo e do racismo sob dominação branca. Segundo Luiz Viana Filho (2008), a população negra da Bahia, e especificamente de Salvador, está associada com as diferentes fases da colonização econômica: inicialmente, o Pau-Brasil, a cana-de-açúcar, o açúcar, o tabaco, o ouro, o cacau e os demais gêneros.

Após a abolição e as primeiras décadas do século XX, a Bahia e a sua capital perderam todo o poderio. Com a independência, o poder socioeconômico se deslocou para a região Sudeste, nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo.

A globalização está localizada na capital paulistana, especialmente na região Sudoeste, onde se concentra o ambiente construído, as universidades e os centros de produção científica, o capital financeiro local e internacional e as grandes empresas do capitalismo global (SANTOS, 2002).

No decorrer do século XX e o atual momento, a Bahia é um território de maioria negra. Segundo o censo demográfico do IBGE de 2010, o estado tem 79% de população negra, totalizando 417 municípios. Veremos abaixo, que a maioria demográfica não está representada no topo da hierarquia socioeconômica e política.

A herança de meio milênio de escravismo, colonização e racismo mantém as cidades negras da Bahia sob domínio de uma minoria branca, de bases coronelista, racista e patriarcal. Ao analisar o contexto histórico e contemporâneo da Bahia e de sua capital, consideramos que o contexto da segregação racial compreende diferenças regionais no território brasileiro. Uma das diferenças é que a segregação racial impõe à população negra, em território baiano, a condição socioeconômica e política de ser base do desenvolvimento; as oportunidades e os direitos ao capital social impedem a

mobilidade negra nas cidades; o espaço e os territórios são diferentes entre negros e brancos.

Conforme o quadro 1, as cem maiores cidades negras da Bahia (%), estão localizadas nas seguintes direções: a. na região metropolitana de Salvador; b. no território Portal do Sertão; c. no território do Recôncavo; d. no Território de Identidades do Baixo Sul e em todas as regiões do estado.

Conforme o quadro 1, a participação negra nas cem maiores cidades, corresponde de 92% a 82% da população. O cenário das cidades negras nos apresenta, de um lado, o território negro e, de outro lado, a segregação racial. A segregação racial está presente nas cidades, em razão do passado e do acúmulo das desigualdades de nosso presente. A segregação na realidade das urbes brasileiras e do estado da Bahia é estrutural.

A segregação racial está inscrita nos territórios urbano e rural. No urbano, conforme as produções de Garcia (2009), Campos (2007), Carril (2006) e Silva (2006), a herança do escravismo e os últimos 134 anos, informalmente, separaram brancos e negros: se inscreveram com as desigualdades de classe social, gênero e etnia e raça; a invisibilidade favoreceu os espaços e territórios da população que se beneficiou da segregação, em geral, a população branca.

No rural e no urbano, a Lei de Terras de 1850, foi uma das primeiras características que fez a segregação da população negra. No rural a população negra está situada nos territórios de menor alcance socioeconômico e de menor hectare.

Segundo o Censo Agro 2017, entre os pequenos produtores, aqueles que administram estabelecimentos com área total de até um hectare, 57,9% são pardos e 25,5% brancos, 13,6% pretos, 8,3% indígenas e 1,8% amarelos. Os negros, representam 71,5% dos agricultores com até 1 hectare. Nos estabelecimentos agropecuários de mil a 10 mil hectares, três em cada quatro proprietários são brancos, 74,7%, mais do que o triplo da quantidade de proprietários pretos e pardos, 23,8%. Nos estabelecimentos de mais de 10 mil hectares, 79% eram brancos, contra apenas 18,9% de negros.

Nas cidades negras do universo rural, a população negra está em maior proporção nas áreas limitadas até um hectare. Nas áreas de mil a 10 mil

hectares e acima de 10 mil hectares, se encontra a população branca, em maior proporção.

A segregação da população negra acontece nos espaços urbano e rural, e os reflexos precisam ser observados nos espaços da habitação, meio ambiente construído, escolaridade, rendimento e mercado de trabalho.

Conforme os dados do quadro 1, das cem cidades negras (%), em apenas oito, os rendimentos da população negra são superiores aos da população branca; nas urbes de Pedrão, Conceição de Feira, Água Fria, Teodoro Sampaio, Mansidão, Malhada Lamarão e Marcilínio Souza. A diferença é mínima, de dez a cento e cinquenta reais, e são os menores rendimentos. Nas noventa e duas cidades negras, ocorre o inverso, a população branca recebe rendimentos superiores.

O ativismo social e político de Abdias do Nascimento (1978), nos idos de 1970-1980, já trazia a diferença entre negros e brancos. Na época, segundo Nascimento, os ganhos da população negra representavam de 30% a 70% dos ganhos da força de trabalho branca.

Em leitura e interpretação dos rendimentos dos anos de 2000 e 2010 do Censo do IBGE, Oliveira (2016) cita as ideias acima de Nascimento (1978, p. 78) e reitera a distância socioeconômica de 30% a 70% dos rendimentos da força de trabalho negra em relação aos rendimentos do trabalhador branco na capital paulistana.

Na cidade de São Gonçalo dos Campos, os negros são 92,47% da população, recebem em média, R\$ 627,00. Do outro lado, a população branca, que se aproxima de 7% da população local, recebe em média R\$ 1.877,00. Em Mata de São João, as desigualdades de renda são as mesmas: a força de trabalho negra recebe R\$ 712,00 e a branca R\$ 1.965,00, a diferença de rendimentos alcança 36,69%. Em Governador Mangabeira, temos o rendimento de R\$ 484,00 para os negros e R\$ 1.877,00 para os brancos, são 25,78% dos ganhos da população negra em relação aos ganhos da população branca.

Na geografia das cidades negras, em geral, a renda média do trabalhador negro é inferior aos ganhos da população branca. A renda da

população negra alcança, 25%, 50%, 60%, 70%, até 80%, abaixo dos ganhos da minoria branca.

O quadro das desigualdades de renda entre negros e brancos é histórico e contemporâneo, inscrito no Brasil, nos estados, capitais, regiões metropolitanas e nas urbes de grande, médio e pequeno portes.

No quadro 2, abaixo, referente às cem cidades negras, em dados absolutos, elas são consideradas como centros regionais e centrais na hierarquia de poder socioeconômico, cultural e político do estado da Bahia e na região Nordeste.

Observando os dados abaixo, o rendimento da população branca é superior em todas as urbes. Nas cidades negras, em dados relativos e absolutos, a força de trabalho negra recebe de 30% a 70% do rendimento da força de trabalho branca.

Nos territórios local e global, são as mulheres negras que recebem o menor rendimento, abaixo de homens brancos e negros e das mulheres brancas. A canção de Elza Soares, “A carne mais barata do mercado é a carne negra”, está enraizado, conforme as informações das duas tabelas apresentadas, que são as mulheres negras que estão na base da hierarquia das desigualdades. São elas que estão transformando a realidade das cidades e dos movimentos sociais; em permanentes diálogos e ações com o movimento negro, as mulheres negras têm apresentado um outro cenário da condição de gênero, a partir das reflexões e ações do feminismo negro (GARCIA, 2009; CARNEIRO, 2020).

Diante das condições históricas e contemporâneas, o protagonismo das mulheres negras na sociedade, em especial, na intersecção de classe social, gênero, etnia e raça e território é imprescindível para pautar políticas públicas. Esse recorte merece atenção, porque as mulheres negras protagonizam o campo de gênero, problematizando que elas vivem a herança do colonialismo, do escravismo e das desigualdades do capitalismo, que é diferente do viver das mulheres brancas. As mulheres negras reivindicam políticas, espaços e epistemologias que pautem a questão de gênero, etnia e raça e território (GARCIA, 2009).



**Quadro 1.** População Negra das cem maiores cidades, em dados relativos e renda entre negros e brancos, IBGE, 2010<sup>1</sup>.

Município	%N	R\$ NG	R\$ BR
Pedrão	92,83	530,00	382,00
Terra Nova	92,57	575,00	1004,00
São Gonçalo dos Campos	92,47	627,00	2165,00
Antônio Cardoso	92,2	427,00	489,00
São Francisco do Conde	91,87	862,00	906,00
Aramari	91,71	623,00	740,00
Conceição da Feira	91,61	647,00	627,00
Anguera	91,45	537,00	956,00
Irará	91,3	424,00	899,00
Amélia Rodrigues	91,16	643,00	981,00
Salinas da Margarida	90,98	374,00	621,00
Jandaíra	90,83	401,00	677,00
Santanópolis	90,81	443,00	542,00
Governador Mangabeira	90,54	484,00	1877,00
Água Fria	90,06	506,00	494,00
Teodoro Sampaio	89,95	595,00	553,00
Ouriçangas	89,93	486,00	762,00
Itaparica	89,91	767,00	1367,00
Itanagra	89,72	660,00	906,00
Saubara	89,71	404,00	488,00
Jaguaripe	89,62	308,00	1122,00
Conceição do Almeida	89,53	624,00	1275,00
Santo Amaro	89,39	575,00	974,00
Mansidão	89,2	455,00	411,00
Candeias	89,16	875,00	981,00
Conceição do Jacuípe	89,11	690,00	1017,00
Vera Cruz	88,99	604,00	833,00
Malhada	88,76	485,00	453,00
Maraú	88,39	585,00	1439,00
Coração de Maria	88,35	479,00	1187,00
Una	88,22	583,00	731,00
Taperoá	88,18	416,00	955,00
Lamarão	88,17	445,00	375,00
Andaraí	88,04	547,00	875,00
Cabaceiras do Paraguaçu	88	436,00	729,00
Tanquinho	87,97	529,00	850,00
São Sebastião do Passé	87,75	763,00	1147,00
Barro Preto	87,7	571,00	668,00
Madre de Deus	87,61	1104,00	1197,00
São Félix	87,44	532,00	732,00
Castro Alves	87,12	503,00	780,00
Candeal	87,08	409,00	654,00
Aratuípe	87,04	405,00	557,00
Cachoeira	87,02	612,00	1061,00
Araçás	87	530,00	794,00
Serra Preta	86,72	427,00	565,00
Aurelino Leal	86,69	536,00	572,00
Mata de São João	86,57	721,00	1965,00
Cardeal da Silva	86,48	554,00	846,00
Lençóis	86,46	591,00	1551,00
Muritiba	86,26	657,00	1417,00
Santa Bárbara	86,22	469,00	774,00
Santo Estêvão	86,03	614,00	1221,00
São José da Vitória	86,02	499,00	704,00
Nilo Peçanha	85,94	374,00	532,00
Sapeaçu	85,87	563,00	1022,00
Santa Luzia	85,87	528,00	554,00
Ubatã	85,79	614,00	1065,00
Simões Filho	85,78	817,00	1023,00
Marcionílio Souza	85,64	497,00	470,00
Wagner	85,58	519,00	714,00
Itacaré	85,58	607,00	1320,00
Gongogi	85,52	522,00	656,00
Biritinga	85,36	510,00	614,00

<sup>1</sup>Os dados do quadro acima, correspondem a: %N, Dados relativos da população negra; R\$NG, Rendimento nominal médio da população negra; R\$BR, Rendimento nominal médio da população branca.

Teolândia	85,32	476,00	627,00
Catu	85,32	972,00	1562,00
Camamu	85,32	480,00	815,00
Entre Rios	85,27	684,00	1135,00
Wenceslau Guimarães	85,01	481,00	569,00
Riachão das Neves	84,92	504,00	814,00
Cruz das Almas	84,8	766,00	1783,00
Baixa Grande	84,56	472,00	516,00
Igrapiúna	84,55	481,00	692,00
Barra do Rocha	84,38	570,00	648,00
Ibirataia	84,29	506,00	738,00
Cairu	84,29	578,00	1004,00
Conde	84,23	519,00	866,00
Nazaré	84,21	557,00	1213,00
Aiquara	84,18	516,00	596,00
Pojuca	84,14	872,00	1056,00
Pedro Alexandre	84,13	346,00	527,00
Caravelas	84,06	626,00	939,00
Belmonte	84,04	554,00	880,00
Nova Redenção	83,91	450,00	481,00
Ibirapitanga	83,8	567,00	717,00
Ubaitaba	83,68	661,00	907,00
Alcobaça	83,68	623,00	972,00
Piraí do Norte	83,62	459,00	579,00
Abaré	83,55	451,00	789,00
Itamaraju	83,36	816,00	1292,00
Caém	83,16	384,00	690,00
Ituberá	82,98	517,00	874,00
Itapitanga	82,94	485,00	521,00
Palmeiras	82,67	531,00	811,00
Quijingue	82,65	471,00	642,00
Itaeté	82,62	486,00	703,00
Jucuruçu	82,6	498,00	519,00
Maragogipe	82,59	424,00	638,00
Arataca	82,57	493,00	578,00
Barra	82,53	447,00	697,00

**Fonte:** IBGE, Dados da Amostra do Censo Demográfico, 2010. Banco SIDRA.  
Elaboração dos dados: autor.

As referências de Antonia dos Santos Garcia (2006; 2009) sobre Salvador e no mesmo sentido, as ideias e ações do feminismo negro, convergem para o mesmo percurso: as teorias feministas e antirracistas são meios importantes para a produção de novos paradigmas, novas epistemologias, práticas e rupturas com o processo de dominação de gênero, raça e classe social.

Conforme os dados do quadro 2, a população negra ocupa o habitat social das maiores cidades da Bahia. As cidades negras reservam em seu território as características dos universos social e cultural africano e afro-brasileiro e são as bases da ancestralidade e da contemporaneidade que reforçam a geografia negra nas cidades baianas.

Observando os dados dos quadros 1 e 2, as cidades negras são de características de pequeno, médio e grande portes. Estão localizadas no capitalismo local, regional, nacional e global, como Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Porto Seguro, Ilhéus, Itabuna, dentre outras.

Conforme o quadro 2, nas cem cidades, o rendimento da população branca é, em média, superior aos ganhos da população negra. Em todas as cidades da Bahia, em dados relativos e absolutos, a população branca obtém os maiores rendimentos: em Ipiaú, a força de trabalho branca recebe o maior rendimento de todo o estado da Bahia, R\$ 3.301,00 e a força de trabalho negra recebe R\$ 762,00, ou seja, a renda negra representa 23% dos ganhos da população branca; na capital, Salvador, a renda média dos brancos é de R\$ 2.870,00 e os ganhos da massa negra correspondem a R\$ 1.107,00, que significa receber 40,86% do ganhos dos trabalhadores brancos; na segunda maior cidade do estado baiano, Feira de Santana, os brancos recebem R\$ 1.785,00 e os negros R\$ 784,00, isso significa alcançar 48,40% dos ganhos da minoria branca; em Luís Eduardo Magalhães, os ganhos da minoria branca correspondem a R\$ 2.690,00 e o rendimento médio dos negros representa R\$ 925,00, o que equivale a 34,38% dos ganhos dos negros em relação ao rendimento dos brancos; o segundo maior rendimento está localizado na cidade de Lauro de Freitas, de um lado temos R\$ 3.280,00 e, de outro lado, R\$ 1.137,00, os negros recebem 34,66% dos rendimentos médios da população branca.

Nos territórios negros, homens e mulheres enfrentam a herança do escravismo, da colonização e do racismo sob dominação branca. O território negro é físico, social, cultural, político, identitário, religioso e ancestral. O território, do ponto de vista teórico metodológico é interdisciplinar, constantemente o tempo (presente, passado e futuro se entrelaçam) e o espaço dos negros se transforma, e são os sujeitos/as negros/as os/as responsáveis pelas mudanças, em especial, a luta está pautada na construção da cidadania com equidade, igualdade e diferenças (OLIVEIRA, 2016, p. 88).

O cantor, pesquisador e Doutor *Honoris Causa*, Mateus Aleluia, natural de Cachoeira, recebeu a titulação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, em razão de todo o empreendimento desenvolvido em prol da cultura africana e afro-brasileira do Recôncavo, em destaque, o universo social e cultural dos terreiros de candomblé. Segundo as palavras cantadas de Mateus Aleluia, a Bahia foi banhada no dendê.

Mateus Aleluia – Bahia bate o tambor<sup>2</sup>

Os nossos pés se revigoram quando pisam neste chão  
Canto a magia, danço  
A Bahia prosada e versada no dendê

Bahia, eu sou África do lado de cá  
Canto, harmonia, fé, alegria  
Senhor do Bonfim e o Babá Oxalá (...)

O fragmento da música acima, cantada e versada por Mateus Aleluia, compreende as ideias que representam as cidades negras na Bahia: a ancestralidade, as identidades e o território. A Bahia de todos os santos, orixás, inkices e caboclos, representa a luta das cidades negras, da força de trabalho diante da construção de territórios justos, democráticas e de direito para todos. É a histórica luta de classes, gênero e etnia e raça, que marca as cidades negras na Bahia e no Brasil.

**Quadro 2.** Levantamento das cem maiores cidades na Bahia, por dados absolutos e rendimento entre negros e brancos, 2010.

Município	Pop_NG	R\$ NG	R\$ BR
Salvador	2120096	1107,00	2870,00
Feira de Santana	439186	864,00	1785,00
Vitória da Conquista	205589	784,00	1263,00
Camaçari	197581	888,00	1970,00
Itabuna	156902	895,00	1598,00
Juazeiro	144302	817,00	1230,00
Ilhéus	143315	875,00	1639,00
Lauro de Freitas	123614	1137,00	3280,00
Alagoinhas	115186	860,00	1413,00
Jequié	110673	753,00	1136,00
Simões Filho	101255	817,00	1023,00
Barreiras	97877	1003,00	1634,00
Teixeira de Freitas	96903	883,00	1353,00
Porto Seguro	91759	797,00	1469,00
Candeias	74148	875,00	981,00
Valença	72828	579,00	836,00
Eunápolis	71627	879,00	1523,00
Paulo Afonso	71615	993,00	1182,00
Santo Antônio de Jesus	69557	712,00	1428,00
Jacobina	60129	622,00	1005,00
Serrinha	59685	620,00	977,00
Dias d'Ávila	53150	849,00	1425,00
Senhor do Bonfim	52751	628,00	1009,00
Itamaraju	52573	816,00	1292,00
Santo Amaro	51666	575,00	974,00
Cruz das Almas	49700	766,00	1783,00
Campo Formoso	49334	460,00	618,00
Itapetinga	48660	731,00	1184,00
Bom Jesus da Lapa	48209	596,00	1270,00
Guanambi	47899	634,00	1210,00
Itaberaba	47451	710,00	846,00
Ipirá	46614	475,00	705,00
Conceição do Coité	44296	455,00	678,00

<sup>2</sup>Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/mateus-aleluia/bahia-bate-o-tambor/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Irecê	43914	807,00	1069,00
Catu	43579	972,00	1562,00
Casa Nova	43156	590,00	754,00
Euclides da Cunha	42438	462,00	656,00
Santo Estêvão	41191	614,00	1221,00
Barra	40708	447,00	697,00
Araci	39634	397,00	567,00
Luís Eduardo Magalhães	39562	925,00	2690,00
Jaguaquara	37070	478,00	725,00
São Sebastião do Passé	36988	763,00	1147,00
Xique-Xique	36934	526,00	871,00
Brumado	36821	623,00	866,00
Ipiaú	35948	762,00	3301,00
Maragogipe	35361	424,00	638,00
Mata de São João	34786	721,00	1965,00
Tucano	34066	437,00	1192,00
Entre Rios	33997	684,00	1135,00
Vera Cruz	33429	609,00	833,00
Monte Santo	31937	436,00	438,00
Ribeira do Pombal	31735	500,00	777,00
Poções	30857	566,00	807,00
São Gonçalo dos Campos	30776	627,00	2165,00
Seabra	30754	612,00	626,00
São Francisco do Conde	30484	826,00	906,00
Camamu	30017	480,00	815,00
Sento Sé	29456	491,00	524,00
Nova Viçosa	29292	639,00	1962,00
Itiúba	28857	378,00	421,00
Inhambupe	28857	480,00	867,00
Macaúbas	28848	437,00	698,00
Caetité	28023	633,00	1045,00
Rio Real	27971	502,00	549,00
Cachoeira	27870	612,00	1061,00

Pojuca	27822	872,00	1056,00
Santa Maria da Vitória	27798	610,00	766,00
Mucuri	27782	825,00	2049,00
Jeremoabo	27426	474,00	580,00
Amargosa	27318	528,00	1155,00
Morro do Chapéu	27023	427,00	570,00
Conceição do Jacuípe	26841	690,00	1017,00
Remanso	26546	482,00	636,00
Itapicuru	26204	318,00	380,00
Esplanada	26174	598,00	996,00
Canavieiras	26128	565,00	753,00
Camacan	25622	574,00	1932,00
Santaluz	25425	442,00	551,00
Pilão Arcado	25322	522,00	741,00
Curaçá	25175	465,00	506,00
Irara	25077	424,00	899,00
Muritiba	24928	657,00	1477,00
Cansanção	24907	351,00	694,00
Gandu	24714	632,00	1086,00
Livramento de Nossa Senhora	24704	524,00	738,00
Barra do Choça	24610	455,00	485,00
Riachão do Jacuípe	24410	531,00	591,00
Serra do Ramalho	24007	486,00	626,00
Paratinga	23927	451,00	886,00
Ruy Barbosa	23621	581,00	633,00
Nazaré	22967	557,00	1213,00
Amélia Rodrigues	22963	643,00	1155,00
Quijingue	22505	471,00	642,00
Itabela	22485	878,00	1081,00
Jaguarari	22374	847,00	2126,00
Castro Alves	22136	503,00	780,00
Carinhanha	22107	432,00	468,00
Correntina	22102	636,00	910,00
Ituberá	22066	517,00	874,00

**Fonte dos dados:** IBGE, Dados da Amostra do Censo Demográfico, 2010. Banco Sidra.

Os santos, orixás, inkices e caboclos estão em Salvador, no Recôncavo, no Portal do Sertão, na Região do Sisal, no Baixo Sul. A Bahia foi banhada no dendê, historicamente, as Revoltas dos Malês, de Búzios, dos antigos e contemporâneos quilombos dos séculos XX e XXI, advém da fonte de culturas africana e afro-brasileira.

### **Considerações finais**

Buscamos aqui problematizar um tema que, historicamente, não foi abordado na produção nacional sobre a cidade e o urbano. Na literatura sobre as relações étnico-raciais com ênfase nos estudos sobre cidades, a produção é recente, dos últimos vinte anos. Portanto, o desenvolvimento do texto apresentou questões que precisam ser desenvolvidas no presente e no futuro breves. Dentre eles, o direito à cidade, no Brasil e nas Américas, deve incorporar os marcadores sociais de classe social, gênero, etnia e raça e território.

No estado da Bahia, conforme a leitura e a interpretação dos dados dos quadros 1 e 2, o enfrentamento da segregação e das desigualdades precisará de políticas de âmbitos federais, estaduais e municipais, sobretudo locais.

Para o exercício de cidades antirracistas e democráticas, a promoção de políticas públicas, com foco na população negra é urgente e necessária para todos.

As políticas de ações afirmativas implementadas nos últimos vinte anos, obteve importantes avanços, por exemplo, a política de cotas raciais e sociais nas universidades públicas para jovens negros, indígenas, quilombolas e estudantes de escolas públicas, proporcionaram o enfrentamento da segregação e das desigualdades. Porém, o contexto aqui observado das cidades negras da Bahia deverá contemplar políticas públicas focalizadas, territorializadas/territoriais, centradas em classe social, gênero e etnia e raça.

Constatamos que das cem cidades negras (em dados absolutos e relativos), as desigualdades e a segregação impedem o acesso aos capitais social, cultural, político, educacional e científico da maioria negra. Não será fácil a promoção de políticas públicas, mas exigirá empenho, organização social, participação política e a produção de conhecimento para compor ações e reflexões de cidades democráticas e antirracistas.

O Estatuto da Igualdade Racial (2011), de âmbito federal, o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia (2014), os Estatutos municipais, e aqueles que estão em vias de formalização, precisarão responder aos anseios das cidades negras, como os cenários do rendimento, a escolaridade, a habitação social e a necropolítica dos corpos (física e mental).

Nas cidades negras da Bahia, a população negra persiste na força espiritual e política dos santos, orixás, inkices e caboclos diante da segregação e do racismo.

Os saberes e as práticas das cidades negras, e o conhecimento da sociedade civil, dentre eles, o movimento social negro, de mulheres negras e toda a diversidade, reunidos, poderão proporcionar o cenário de cidades democráticas com equidade.

### Referências bibliográficas

ALVES, Jaime do Amparo. Topografia da Violência: necropoder e governamentalidade em São Paulo. *Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia*, USP, volume 22, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47222/83830>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ALVES, Jaime do Amparo. *The Anti-Black City: Police Terror and Black Urban Life in Brazil*. Univ. of Minnesota Press, 2018.

BERNARDO, Terezinha. *Memória em Branco e Negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo, EDUC e Editora Unesp, 1998.

BRANDÃO, André Augusto. *Miséria da Periferia – desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Pallas, 2004.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela – a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

CARRIL, Lourdes. *Quilombo, favela e periferia – A longa busca da cidadania*. São Paulo, AnnaBlume, Fapesp, 2006.

COSTA, Emília Viotti. *A abolição*. São Paulo, Editora Unesp, 2008.

CENSO AGRO do IBGE, Brasília, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CENSO DO IBGE, 2010. Censo Demográfico do IBGE, Brasília, acessado em 2020.  
FILHO, Luiz Vianna. *O Negro na Bahia (um ensaio clássico sobre a escravidão)*. Salvador, EDUFBA, 2008.

GARCIA, Antonia dos Santos. *Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em antigas Capitais – Salvador Cidade D’Oxum e Rio de Janeiro*, Cidade de Ogum. Rio de Janeiro, Editora Garamond, FAPERJ, 2009.

GARCIA, Antonia dos Santos. *Mulheres da Cidade de Oxum*. Salvador, UFBA, 2006.

GATES JUNIOR, Henry Louis. *Os negros na América Latina*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. *Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial*. Tese de Doutorado em Geografia, Instituto de Geociências, UFBA, 2015.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – Planejamento Urbano no Brasil. In: Otília Arantes, Carlos Vainer e Erminia Maricato (orgs.), *A Cidade do Pensamento único – desmanchando consensos*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2002, pp. 121-192.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro – processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias. *Abdias Nascimento – o griot e as muralhas*. Rio de Janeiro, Editora Pallas, 2006.

OLIVEIRA, Denilson Araújo. *Por uma Geografia das relações raciais: o racismo na cidade do Rio de Janeiro*. 2011. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *A Presença do negro na Cidade: memória e território da Casa Verde em São Paulo*. 234 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2002.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *Segregação Urbana e Racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela*. 335 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2008.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *Territorialidade Negra e Segregação Racial na cidade de São Paulo*. São Paulo, Editora Alameda, 2016.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil – A história do Levante dos Malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei - legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo*. São Paulo, Editora Nobel, 1997.



SANTOS, Jocélio Teles dos. *Os candomblés da Bahia no século XXI*. Mapeamento dos Terreiros de Salvador. Salvador, PMSAL, CEAO, 2008. Disponível em: <http://www.terreiros.ceao.ufba.br/analise>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade de Salvador*. Salvador, São Paulo, EDUFBA, EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Editora Nobel, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. São Paulo, Editora Record, 2002.

SILVA, José Carlos Gomes da. *Os suburbanos e a outra face da cidade – Negros em São Paulo, 1900-1930*. 266 f. Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1989.

SILVA, José Carlos Gomes da. *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*. 346 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 1998.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Territórios Negros em Campinas: O caso Vila Rica*. 239 f. Mestrado em Ciências Sociais, UNESP, 1992.

VARGAS, João Helion Costa. “Desidentificação”: a lógica da exclusão antinegra no Brasil. *In: Antinegritude – o impossível sujeito negro na formação social brasileira*. Osmundo Pinho e João Helion Costa Vargas (organizadores), Cruz das Almas e Belo Horizonte, Editora UFRB, Fino Traço, 2016, pp. 13-30.

VARGAS, João Helion Costa. O cyborg e a escrava: geografias da morte e imaginação política na diáspora negra. *Revista da ABPN*, volume 12, número 34, Dossiê Temático A cidade, urbanização e relações étnico-raciais no Brasil, Áfricas e Diáspora, pp. 54-72, Setembro/Novembro de 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1132/958>. Acesso em: 10 jun. 2023.

VATIN, Xavier. *Memória Afro-Atlântica – As gravações de Lorenzo Turner na Bahia em 1940-41*. Brasília, Ministério da Cultura, 2018. Disponível em: [file:///F:/Segregação/Livro\\_Memorias\\_Afro\\_Atlanticas\\_2017.pdf](file:///F:/Segregação/Livro_Memorias_Afro_Atlanticas_2017.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023.

**Recebido em:** 10 de fevereiro de 2023.

**Aceito em:** 17 de julho de 2023.

#### **COMO REFERENCIAR**

OLIVEIRA, Reinaldo José de. Cidades Negras no Brasil: A Bahia de todos os santos, orixás, inkices e caboclos. *Latitude*, Maceió, v. 17, n. 1, p. 136-160, 2023.